

NOTIFICAÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Processo n.º 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores

Vara de Família e Menores de Lisboa

Juiz: Dr. António Ribeiro

1. Identificação das partes

Notificante	Notificado
João Silva , menor, representado por Maria Silva , residente em Rua da Boavista, 45, 3.º Esq., 1200-115 Lisboa, NIF 123 456 789.	Associação Casa da Juventude, Lda. , pessoa coletiva n.º 504 321 987, sede na Avenida dos Descobrimentos, 12, 1.º, 1900-123 Lisboa, NIF 504 321 987; e Carlos Mendes , ex-diretor da associação, residente em Rua da Alegria, 78, 2.º Dto., 4000-200 Porto, NIF 987 654 321.

2. Fundamentação

2.1. Em sede de decisão interlocutória de 12 de janeiro de 2026, proferida nos autos do processo acima referenciado, o Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa fixou a obrigação de pagamento de indemnização a favor do menor João Silva, em razão de:

- **Abuso sexual continuado** praticado entre 2015 e 2020, por pessoa ligada à Associação Casa da Juventude, Lda.;
- **Falha na obrigação legal de vigilância e proteção** a menores, atribuída à Associação e ao seu ex-diretor Carlos Mendes.

2.2. A decisão determinou, ainda, que a quantia total a ser paga seja de **€ 85 000,00 (oitenta e cinco mil euros)**, distribuída entre danos morais e patrimoniais, nos termos do quadro abaixo.

3. Quantia e forma de pagamento

Tipo de Danos	Valor (€)
Danos morais	55 000,00
Danos patrimoniais	30 000,00
Total	85 000,00

3.1. O pagamento deverá ser efetuado **por transferência bancária** para a conta do mandatário da parte notificante, nos seguintes termos:

- **Banco:** Banco Montepio, S.A.
- **IBAN:** PT50 0010 0000 1234 5678 9015 3
- **BIC/SWIFT:** BTMPTPTP

3.2. O pagamento deverá ser realizado **até ao dia 15 de março de 2026**, data limite para cumprimento voluntário da obrigação.

4. Consequências do incumprimento

4.1. Decorrido o prazo acima indicado, sem que o pagamento tenha sido integralmente satisfeito, a presente notificação será considerada **inadimplida**, procedendo-se à execução forçada da dívida nos termos do Código de Processo Civil, com a aplicação de juros de mora à taxa legal em vigor a contar da data de vencimento.

4.2. O não pagamento dentro do prazo estabelecido implicará ainda a **incidência de custos processuais e honorários de advogado** a cargo do notificado, nos termos do artigo 735.º do CPC, bem como a eventual **penalização criminal** prevista na decisão penal associada ao processo.

5. Instruções complementares

- O notificado deverá comunicar, por escrito e com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, ao mandatário da parte notificante, a data prevista para a realização da transferência.
- Em caso de dúvida ou necessidade de esclarecimentos adicionais, o notificado poderá contactar o Dr. Luís Costa (OA 12345) – telefone: +351 213 456 789 – e-mail: l.costa@advocacia.pt, ou a Dra. Sofia Almeida (OA 67890) – telefone: +351 213 987 654 – e-mail: s.almeida@advocacia.pt.

6. Conclusão

Conforme estabelecido na decisão judicial, a **Associação Casa da Juventude, Lda.** e o **Sr. Carlos Mendes** ficam obrigados ao pagamento da quantia total de **€ 85 000,00** até ao dia **15 de março de 2026**, sob pena das consequências legais supra referidas.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

Dr. Luís Costa

Advogado – Ordem dos Advogados n.º 12345

Dra. Sofia Almeida

Advogada – Ordem dos Advogados n.º 67890

Mandatários do Requerente

Esta notificação foi expedida em duas vias, ficando uma à disposição do notificado e a outra arquivada nos autos do processo n.º 2023/04567.